

A INCLUSÃO DE EDUCANDOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO – UM OLHAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINA GRANDE-PB

Ana Glória Genuíno de Melo (Graduanda em Pedagogia –UEPB)

genuinomelo@hotmail.com

Ednalva de Sousa (Graduanda em Pedagogia- UEPB)

ednalvadesousa@hotmail.com

Jozelma Bezerra de Souza (Graduanda em Pedagogia- UEPB)

jozelma_bezerra@hotmail.com

Sílvia Barbosa de Moura (Graduanda em Pedagogia)

silvia-bmoura@hotmail.com

Cristiane Maria Nepomuceno (Professora Orientadora – UEPB)

crismarianepomuceno@hotmail.com

A Constituição Federal do Brasil e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional asseguram que a educação é direito de todos. No entanto, ensinar crianças e jovens que apresentam necessidades educacionais especiais ainda continua sendo um desafio, uma vez que a inclusão desses sujeitos implica mudar a escola como um todo. A pesquisa realizada numa escola municipal de Campina Grande-PB, nos possibilitou olhar para a realidade e averiguar como o processo de inclusão de educandos com necessidades educacionais especiais no ensino regular vem ocorrendo. Esse estudo nos proporcionou a possibilidade de promover o confronto da teoria com a prática, nos fornecendo uma visão mais ampla acerca da temática em questão, pois mesmo estando posto nas leis a obrigatoriedade do atendimento no ensino regular de alunos com necessidades educacionais especiais, percebemos que ainda precisa avançar bastante para que a inclusão realmente aconteça.

Palavras-chave: Ensino, Educação Especial, Inclusão.

A Constituição Federal do Brasil (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) asseguram que a educação é direito de todos e garantindo o acesso à escola, ressaltando que as mesmas oportunidades educacionais e sociais são iguais para todos. No entanto, ensinar crianças e jovens que apresentam necessidades educacionais especiais (NEE) ainda continua sendo um desafio, uma vez que a inclusão desses sujeitos implica mudar a educação como um todo: o projeto político pedagógico, a postura dos professores diante desses alunos, a estrutura física da escola, recursos pedagógicos adaptados, enfim precisa de uma equipe especializada que dê suporte ao professor no desenvolvimento educacional desses alunos.

Sabemos que a inclusão é uma temática bastante discutida nos dias de hoje e, é um desafio para os profissionais da educação trabalhar em sala de aula com educandos que apresentam NEE sem distinguir uns aos outros e, ao mesmo tempo favorecer o desenvolvimento de suas aprendizagens.

Nos últimos dez anos, período em que a inclusão tornou-se realidade, o que se viu foi a escola regular atendendo ao educando com NEE ao mesmo tempo em que aprendia a fazer isso. Hoje, ainda são comuns casos de professores que recebem um ou mais alunos com deficiência ou déficit de aprendizagem e se sentem sozinhos e sem apoio, recursos ou formação para executar um bom trabalho.

Discutir e investigar sobre a temática inclusão e exclusão escolar é um tema de grande relevância para a prática educativa. A inclusão é um direito legal que implica à sociedade integrar¹ todos os sujeitos no âmbito social, educacional, econômico, cultural, etc., visando satisfazer as necessidades básicas do ser humano, a melhoria na qualidade de vida e do conhecimento, possibilitando a todos a participação no meio social.

Desse modo justifica-se a relevância desse estudo, pois remete a uma problemática que envolve aprendizagem significativa do aluno nos passos da inclusão e a postura e a prática do professor em sala de aula diante das dificuldades de aprendizagem apresentadas por seus alunos. Assim, os resultados desta pesquisa poderão vir a esclarecer algumas lacunas e contribuir para novas possibilidades de ação pedagógica do professor em sala de aula.

As informações contidas neste artigo resultam de uma pesquisa motivada pelo componente Psicopedagogia que faz do currículo do curso de Pedagogia da UEPB. A pesquisa teve como objetivo analisar como ocorre o processo de inclusão dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem no ensino regular. Para realizar a pesquisa empírica, tomamos como objeto de estudo uma escola municipal situada no Município de Campina Grande- PB, a qual funciona nos três turnos. A referida escola atende as modalidades de ensino: Educação Infantil (Pré I e Pré II) e o Ensino Fundamental I - 1º Ciclo (inicial, intermediário e final) e 2º Ciclo (inicial e final).

Os dados foram obtidos por meio de pesquisa qualitativa, Foram entrevistadas duas professoras e a orientadora educacional dessa instituição. Esta modalidade de pesquisa, “caracterizada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas, ou ator social e fenômenos da realidade” (OLIVEIRA, 2010, p. 60), em se tratando do campo educacional, é a que permite melhor apropriação dos dados. No processo de coleta de dados foi utilizada a entrevista semi-estruturada

¹ De acordo Moaci Alves Carneiro, “(...) a inclusão, ao lado da **integração**, constitui processo através do qual se concretiza o princípio da normatização. [Diz que] para Bengt Nirge, este princípio, operacionalmente entendido, significa ‘colocar ao alcance dos portadores de deficiências modos e condições de vida diários os mais parecidos possíveis com as formas e condições de vida do resto da sociedade’. (...)” (CARNEIRO, 2009, p. 49).

realizadas com duas professoras e uma orientadora educacional da escola. A escolha da amostra se deu em decorrência da atuação das mesmas no Ensino Fundamental I, no caso das professoras, lecionam uma no 1º ciclo final (3º ano) e a outra no 2º ciclo inicial (4º ano).

A análise dos dados levantados se fundamentou nos documentos legais pertinentes: Constituição Federal do Brasil, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Política Nacional de Educação Especial; e na leitura de autores, tais como: BEYER (2006), CARLO (2011), GLAT (2010), ONOFRE (2008) e SOUZA (2008) e outros.

Esta pesquisa foi fundamental para compreendermos como ocorre o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais numa escola da rede pública, cujos resultados serão apresentados a seguir.

A PERSPECTIVA DE INCLUSÃO EDUCACIONAL NO SÉCULO XXI

A sociedade capitalista valoriza o homem individualista, egoísta, competitivo, e o ter acima do ser. Fundamenta-se na lógica de que todos supostamente estão incluídos no sistema, cumprindo algum papel social; todavia, o que temos em sua maioria, são indivíduos excluídos das formas privilegiadas de vida, que não usufruem devidamente dos bens econômicos conquistados ao longo da história da humanidade. Essa visão de homem do sistema capitalista reflete no interior das escolas, cuja função passa a ser reproduzir esse modelo de homem. Como resultado temos indivíduos alienados, que não se apropriam devidamente do conhecimento científico necessário para que possam desenvolver intelectualmente, conquistar uma carreira profissional e uma boa perspectiva de vida, pois no sistema que se encontram inseridos, muitas vezes isso lhe é dificultado ou negado.

A proposta de edificar um modelo de escola que serve a todos igualmente, tendo como base o reconhecimento de que a diversidade existente precisa ser considerada vem promovendo uma série de mudanças nas últimas décadas. Entretanto, verifica-se que

(...) ao se falar ou se trabalhar com proposta de educação e de sociedade inclusiva, é necessário reconhecer que essa defesa ganhou evidência na década de 1990, fazendo uma convocatória justificável de novos comportamentos. Entretanto isso não se refere a um novo paradigma posto que é decorrente da própria lógica excludente do capital (BARROCO, 2007, p. 159).

Percebe-se que há uma dificuldade em se colocar em prática a proposta de educação inclusiva, pois em se tratando de uma sociedade excludente, educação de qualidade é privilégio de poucos, restando para a maioria da população uma educação com poucas perspectivas de desenvolvimento humano.

No caso da sociedade brasileira temos um número considerável de leis e políticas governamentais que objetivam combater os desníveis. A partir da promulgação da Constituição Brasileira de 1988 mudanças significativas seriam determinadas para a educação brasileira, dentre elas o direito a educação para todos indistintamente, o que passou a incluir as pessoas com necessidades educativas especiais. A mudança consolidou-se e ganhou corpo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN ou Lei 9.394/96, no capítulo V sobre Educação Especial, Art. 28, esta posto: “Entende-se por educação especial, para os efeitos da Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

Na mesma Lei é mostrado no parágrafo 1º: “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.” Neste sentido, os alunos que apresentam necessidades especiais de aprendizagem, na medida em que forem matriculados, a escola deve garantir atendimento adequado para suas especificidades.

Assim, a LDBEN/96 determina que todos os educandos devem ser atendidos de preferência na rede regular de ensino e que é dever do Estado assegurar esse direito. Portanto, cabe ao Estado oferecer os recursos necessários para atender as especificidades postas no novo modelo de escola inclusiva: recursos educativos adaptados, professores com qualificação adequada, enfim uma escola estruturada adequadamente para receber essa clientela.

A Política Nacional de Educação Especial é outro documento que contempla a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, tendo como objetivo:

(...) assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da

comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 14).

Nesta perspectiva, esse documento orienta e reforça como deve ser o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, a fim de que a promoção do pleno desenvolvimento dos mesmos, independente de suas limitações, seja garantido.

Como percebemos, existem leis e documentos que asseguram os direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais. Entretanto, é importante questionarmos: será que a escola está criando condições para incluir alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular?

Para respondermos este questionamento fomos em busca de observar como esta situação vem sendo colocada em prática, para tanto procuramos conhecer a realidade das escolas públicas do município de Campina Grande-PB. O objetivo da pesquisa era levantar dados para conhecer como está acontecendo o processo de inclusão dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais numa instituição de ensino regular da rede pública. A escolha se deu por uma escola que possuísse uma sala especializada voltada para o atendimento de educandos que apresentam necessidades educacionais especiais.

A escola objeto da pesquisa atende a educandos com necessidades educacionais específicas. Essa prática de inclusão é realizada através do Programa de Atendimento Educacional Especializado- AEE, que funciona no turno da tarde, existindo uma sala específica com uma professora especializada, computadores adaptados para deficiência motora e mental. Para consolidar a pesquisa entrevistamos os profissionais diretamente envolvidos com a modalidade de atendimento especial: duas professoras e uma orientadora educacional da escola. O resultado das entrevistas serão apresentados a seguir em linhas gerais ou sistematizado.

Ao serem questionadas sobre **o que pensam sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**, as professoras disseram que a rede regular de ensino público não atende adequadamente ao alunado que apresenta algum tipo de dificuldade de aprendizagem ou deficiência mais grave, como está previsto nas leis. Já a orientadora educacional além de confirmar a dificuldade da escola em atender essa clientela, é a favor de uma escola específica que atenda a esses grupos de alunos. É importante ressaltar que a posição da orientadora pedagógica é controversa, nos diz Glat que

existem os que consideram mais adequado os estudantes com deficiência frequentarem apenas escolas especiais enquanto as instituições regulares não estiverem preparadas para atender às suas particularidades. E também há defensores das classes regulares como o melhor local para que eles aprendam os conteúdos curriculares e convivam com os demais alunos (GLAT, 2010, p.14).

Mas, independente da situação, sabemos das dificuldades das escolas em oferecer um atendimento especializado aos alunos, mas esses desafios estão sendo enfrentados em busca de assegurar o que a lei determina.

Em relação a pergunta: **como você se sente diante dos alunos que apresentam ou demonstram alguma dificuldade de aprendizagem**, as professoras responderam que lidam com alunos que apresentam alguns déficits de aprendizagem como Dislexia, Hiperatividade, Hidrocefalia e Síndrome de Down. Diante desses alunos, uma professora falou que se sentia desafiada a buscar estratégias de ensino para o desenvolvimento desses alunos com dificuldades de aprendizagem; a outra professora disse que se sentia impotente e frustrada por não ter o conhecimento necessário para atender esses alunos. A orientadora educacional respondeu que mesmo não estando em sala de aula é muito difícil trabalhar com esses alunos.

Diante dessas respostas chegamos à conclusão que nenhuma das professoras está totalmente preparada profissionalmente para ajudar a desenvolver as capacidades cognitivas desses alunos. De acordo com Onofre e Souza,

A educação inclusiva já é uma realidade no nosso meio; no entanto, sabemos que a implementação desse modelo, no contexto da educação brasileira é mais difícil de concretizar em curto prazo, tendo em vista algumas dificuldades que nele se apresenta, como: falta de recursos humanos, especificamente de professores de classes regulares, preparados para lidar com atendimento pedagógico de educandos com deficiência em sala de aula (ONOFRE e SOUZA, 2008, p. 36).

Quando perguntadas sobre **as atividades desenvolvidas em sala de aula com as crianças com necessidades educacionais especiais**, a orientadora educacional não respondeu por ela não está em sala de aula. Uma das professoras respondeu que as atividades são desenvolvidas de acordo com a dedução, procurando trabalhar a música e o desenho; a outra professora faz atendimento individual com o aluno e trabalho em grupo para um ajudar o outro.

Com isso, percebemos que há ainda certo “despreparo” das professoras por não terem conhecimento de uma metodologia específica para atender esses alunos e, que

possa contribuir significativamente para o desenvolvimento psicológico de seus alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

A busca da compreensão do desenvolvimento de sujeitos deficientes deve ser orientada, não para déficits, mas, sobretudo para suas possibilidades ou “pontos fortes”, os quais devem ser consolidados e ampliados dependendo da qualidade de suas relações sociais (CARLO, 2001, p. 11).

Ao serem indagadas sobre **o que fazer para melhorar o atendimento dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem**: uma professora respondeu que o aluno tem que ser envolvido em todas as atividades da escola, adaptando-o ao meio, respeitar seus limites e aproveitar os momentos de interesse do aluno para realizar alguma atividade; a outra professora disse que seria necessário uma equipe multidisciplinar dentro da escola para dá suporte ao professor; a orientadora educacional falou que necessita ter uma escola estruturada, com salas equipadas, material pedagógico disponível e professores preparados para atender a essa clientela.

Constatamos que a escola mesmo recebendo alunos com diferentes déficits de aprendizagem está tentando suprir as carências de aprendizado educacional, oferece um atendimento precário visto que faltam melhorias tanto na estrutura física e material da escola como de profissionais qualificados para melhorar a qualidade de ensino.

Percebemos que a escola atende apenas uma pequena parte das deficiências já que a sala do AEE não está preparada para atender as deficiências como surdez e deficiência visual, além de outras. Ressaltando que só uma professora está voltada para prestar atendimento dessa demanda.

Quando foram interrogadas **sobre quais benefícios da inclusão para os alunos com deficiência no ensino regular**, elas responderam que os benefícios são muitos como a interação, socialização no processo de aprendizagem, a solidariedade e o respeito de um com o outro, esses benefícios não são só para os deficientes mas também para os ditos “normais”. Percebe-se que as respostas das entrevistadas vão de acordo com a perspectiva de Vygotsky, que defende a importância das trocas sociais e psicológicas de diferentes grupos para o desenvolvimento humano, construindo atitudes de colaboração. Além disso, segundo BEYER (2006, p. 12),

(...) do ponto de vista vygotkiano das importantes trocas sociais e sua contribuição para a zona de desenvolvimento proximal, ou seja, em que crianças com condições cognitivas avançadas podem estabelecer

pontes de mediação para crianças com níveis inferiores de desenvolvimento.

A perspectiva vygotskiana opõe-se a segregação e o envio das crianças com deficiências para as escolas especiais. Ele dá importância às experiências sociais de grupos diferentes no desenvolvimento humano. Neste caso, Vygotsky

(...) sempre combateu uma proposta com igualdade nos perfis, particularmente quanto a critérios de desempenho intelectual e acadêmico. Para ele, seria através dos contornos individuais que as trocas psicossociais se tornariam enriquecedoras e contribuiriam para o crescimento de cada um do grupo (BEYER, 2006, p. 11).

Observamos que parte dessa proposta defendida por Vygotsky está sendo posta em prática, na qual as escolas estão incluindo os alunos que apresentam características de aprendizagem diferenciadas. No entanto, está longe de se ter uma educação inclusiva que atenda e desenvolva as capacidades cognitivas, afetivas, sociais, etc. de todos os alunos envolvidos no processo educativo. Para que isso aconteça, é necessário que as escolas estejam preparadas para atender as especificidades de cada sujeito, modificando tanto a sua estrutura física quanto o seu projeto político pedagógico, além disso, dispor de profissionais qualificados.

Em relação à **formação das professoras para trabalhar a inclusão e a educação especial**, as mesmas responderam que não receberam nenhuma formação específica para trabalhar com as crianças que apresentam algum déficit de aprendizagem, apenas alguns componentes curriculares estudados durante a sua graduação, além de buscarem subsídios teóricos de acordo com a necessidade ou situação encontrada em sala de aula.

(...) a formação permanente do professor, durante sua vida profissional. (...) deverá ser alicerçada em princípios que lhes permitam exercer o magistério de forma crítica e criativa, tendo compromisso tanto com toda sociedade, como com as crianças e jovens que irão ensinar (SILVA, 2011, p. 220).

Sendo assim, todo professor consciente de sua função social deve sempre está buscando aperfeiçoar-se para desenvolver um trabalho que contribua para uma aprendizagem significativa de todos os seus alunos, favorecendo assim, a inclusão social e educacional.

Concluimos que diante da problemática apresentada, a escola mesmo enfrentando dificuldades para trabalhar com a educação especial, visto que há grandes desafios, como a falta de estrutura física e material pedagógico, adaptação do currículo e profissionais qualificados, mesmo assim a escola está fazendo o máximo para atender e integrar os alunos com condições específicas de aprendizagem nas classes comuns do ensino regular. Como é posto na LDBEN/96, capítulo V, Art. 58 que “Entende-se por educação especial, para os efeitos dessa Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.”

Esse estudo nos proporcionou a possibilidade de promover o confronto da teoria com a prática, nos fornecendo uma visão mais ampla acerca da temática em questão, pois mesmo estando posto nas leis a obrigatoriedade do atendimento no ensino regular de alunos com necessidades educacionais especiais, percebemos que ainda precisa avançar bastante para que a inclusão realmente aconteça.

A escola investigada mesmo com tantas dificuldades para trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, como: a falta de uma estrutura física adequada, material pedagógico e professores especializados nessa área e outros, procura ao máximo fazer com eles se desenvolvam como também procura integrar esses alunos aos demais, ou seja, aos ditos “normais.”

Esta pesquisa nos mostra que existe fragilidade no sistema educacional público no oferecimento de uma educação especial relevante e de pleno desenvolvimento do educando. Mas, acreditamos que com o apoio da família essas dificuldades podem ser minimizadas, pois ela pode ser uma grande parceira na busca de proporcionar a essas crianças condições favoráveis para que estas se desenvolvam de forma integral.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Sonia Mari Shima. Psicologia e educação: da inclusão e da exclusão ou exceção e da regra. In: **Psicologia histórico-cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2007.

BEYER, Hugo Otto. Educação Inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial. In: **Revista da Educação Especial**. V. 1, n. 1 (out. 2005). Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN 9.394/96. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

CARLO, Marysia Mara Rodrigues do Prado de. **Se essa casa fosse nossa: instituições e processos de imaginação na educação especial**. São Paulo: Plexus, 2001.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva**. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GLAT, Rosana. **Auto-defensoria/auto-gestão: movimento em prol da autonomia das pessoas com deficiências, uma proposta política-educacional**. Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ONOFRE, Eduardo Gomes e SOUZA, Maria Lindaci Gomes. **Tecendo os fios da inclusão: caminhos do saber e do saber fazer**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

SILVA, Silvânia Lúcia de Araújo. Por uma pedagogia da inclusão: conceitos são ressignificados na formação do professor. In: *Formação do professor e pesquisas em educação*. Edições UFC: Fortaleza, 2011.